

# Pauta do Congresso tem 65 decretos-leis

"Podem jogar tudo no lixo ou enterrar na cova de Figueiredo". O comentário é do líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), sobre as 65 mensagens de decretos-lei do último governo militar que aguardam leitura nas sessões do Congresso à frente dos 64 decretos-lei baixados, até hoje, pelo presidente José Sarney. O deputado acusa manobras do PMDB com a intenção de retardar a chegada no plenário de questões polêmicas, como o novo plano econômico e o empréstimo compulsório. A liderança do PMDB nega esta estratégia, salientando que a Constituinte é soberana e prioritária e que seria impossível atropelar e rasgar o regimento interno para atender questões inferiores.

O líder em exercício do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS) insistiu que o processo de leitura das mensagens "segue o seu cronograma normal", mas ressalta que "a Constituinte não pode servir a dois senhores ao mesmo tempo". A deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ), preocupada com esta morosidade, enviou à Secretaria-Geral da Câmara e do Senado sugestão de que, neste período retornasse com sessões matutinas e noturnas, mas que ainda não foi respondida. "A proposta não é coerente, pois em 15 dias o esboço da Constituição estará tramitando em plenário", afirmou o líder do PMDB.

Engrossando a fila de espera para leitura no Congresso — além das 129 mensagens de decretos-lei — estão 65 projetos vetados pelo presidente José

Sarney e sete decretos baixados recentemente pelo Executivo, inclusive já publicados no Diário Oficial. A ordem de entrada é o critério adotado pela Secretaria-Geral da Câmara e Senado para o trâmite legal do decreto-lei, mas satisfazendo às condições exigidas pelo art. 2º da resolução nº 1 de 1987 (2/3 dos parlamentares) a mensagem poderá ser adiantada. Foi o caso da votação do Plano Cruzado, que conseguiu "furar a fila" mediante acordo firmado entre lideranças.

Mas após a abertura dos trabalhos da Constituinte, em fevereiro passado, o funcionamento do Congresso foi limitado para uma sessão semanal, todas as segundas-feiras. Até hoje foram realizadas apenas 17 sessões com média de uma leitura e uma apreciação por vez. No ano anterior, durante o mesmo período, foram realizadas 115 sessões, com uma média de cinco apreciações e cinco leituras. Persistindo este ritmo lento, comentou uma assessora da Secretaria-Geral do Senado, chegará o final do ano e os decretos de Sarney não serão apreciados.

## Decretos

Entre as mensagens consideradas mais polêmicas que aguardam leitura e votação do Congresso está o decreto-lei 2.290, de 21.11.86, que estabelece normas sobre a desindexação da economia (Cruzado II). Cinco dias após a realização das eleições diretas para a Constituinte, o governo federal baixou 15 decretos-lei, como o que extinguiu o BNH, isentou de imposto as exportações de café, alterou a legislação tributária federal e o mercado de títulos e valores mobiliários, instituiu a escala móvel de salários, a caderneta de poupança do tipo pecúlio e reduziu as aplicações de recursos do Finor, Finam e Fiset.

Na frente destas mensagens aguarda a sua vez o decreto-lei nº 2.288, de 23.07.86, que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e instituiu o empréstimo compulsório para absorção temporária de excessos de poder aquisitivo. Mas os congressistas terão ainda que analisar as 65 últimas mensagens de decretos-lei baixadas pelo governo do general João Figueiredo, entre os quais, reajustamento dos valores dos vencimentos e proventos dos servidores do STF, STT, TCU, TSE, TN, além de fundações, autarquias educacionais, policiais, judiciais e públicas do Distrito Federal, datadas de dezembro de 1984.



Sandra vê morosidade na votação

## Parlamentarismo entra na pauta

Indiferente às propostas discutidas na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de governo, o Congresso Nacional promoveu ontem, em sessão conjunta, a leitura de proposta de emenda à Constituição instituindo o sistema parlamentar de governo e facultando a sua adoção pelos estados e municípios. A autoria da emenda é do senador Leite Chaves (PMDB/PR) e foi inscrita por 327 deputados e 50 senadores, fato que possibilitou "furar a fila" e entrar na ordem do dia. Foi designada uma Comissão Mista incumbida de emitir parecer até o dia 24 de agosto próximo, quando será fixada a data de votação da matéria.

A proposta do senador paranaense determina que o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, competindo a este a direção e a responsabilidade política do governo e da Administração Federal. O presidente da República, indicado por eleição direta, recebe novas atribuições, como o de nomear e

exonerar o presidente do Conselho e os ministros de Estado, aprovar a proposta de orçamento e nomear os ministros dos Tribunais Superiores, conservando a condição de chefe supremo das Forças Armadas. "O presidencialismo é incompatível", frisou Leite Chaves.

As vantagens com a instituição do governo parlamentar na União apresentadas pelo autor da emenda constitucional recaem principalmente sobre o programa de governo. "Se não atender aos reclamos conjunturais do país, dará razão a receber o voto de desconfiança do Congresso Nacional e ocasionará a queda do Gabinete", explicou o senador. Ressalta a importância da matéria tendo em vista que ninguém pode prever o prazo de conclusão da nova Constituição. "O congresso não tem outra saída senão antecipar a nova forma de governo através desta emenda e reservar à Constituinte o papel de ratificá-la na Constituição a ser promulgada", afirmou.

## Gaúcho mobiliza empresas contra semana de 40 h

**Porto Alegre** — Ao classificar decisões da Comissão da Ordem Social da Assembleia Nacional Constituinte sobre estabilidade no emprego e 40 horas semanais aos trabalhadores de "demagógicas e populistas", o presidente da Associação de Jovens Empresários do estado, Cláudio Parreira Moreira, convocou ontem as bases da entidade a participarem da reunião de hoje no Centro das Indústrias do estado (Ciergs), para o início de uma grande mobilização empresarial para derrubar àquelas medidas.

Cláudio Moreira não vê razão, para "diminuir a produtividade em um país em que toda a produção se destina a somente uma parcela da população". Para ele, o momento é de "aumentar a produção cada vez mais". Sendo assim, o empresário não aceita as propostas de 40 horas semanais de trabalho, a estabilidade no emprego e o direito irrestrito a greve.

Mas o empresário, de 31 anos, não está sozinho em suas considerações. A reunião convocada pelos Ciergs deverá contar com a presença de mais de cem empresários, representantes de associações comerciais, industriais, e de câmaras de indústria e comércio do interior do estado. Em todas as oportunidades, o presidente do Ciergs, Luiz Carlos Mandelli, vem criticando aquelas propostas aprovadas pela Comissão da Ordem Social da Constituinte.

Na reunião de hoje, os empresários redigirão um documento de repúdio às decisões aprovadas em Brasília, no sentido de pressionar, através da unidade do setor, para conseguir uma revisão destas questões.

Para Cláudio Moreira, antes de propostas como estas, "é preciso que se criem mecanismos que aprimorem a legislação trabalhista do país". Disse ainda que a redução da jornada de trabalho só será possível no Brasil, "depois que alcançarmos um equilíbrio na distribuição da renda".

## Inquérito sobre Rubens Paiva tem nova fase

**Rio** — Os dois volumes do IPM que apura o desaparecimento e morte do ex-deputado Rubens Paiva, em janeiro de 1971, serão devolvidos hoje pelo juiz Oswaldo Lima Rodrigues Junior, da 1ª Auditoria do Exército, ao Comando Militar do Leste, a fim de que o novo encarregado, general-de-brigada Valdir Cavalcanti de Sousa Lima, ouça novamente os médicos Amílcar Lobo e Edson Medeiros e o general Sylvio Frota, que à época dos fatos comandava o I Exército. O magistrado deu um prazo de 30 dias para o cumprimento das diligências.

As reinquirições foram pedidas pelo promotor Mário Elias Miguel, designado pelo procurador-geral da Justiça Militar para acompanhar o caso em substituição ao seu colega Paulo César de Siqueira Castro, que se afastou do inquérito por discordar do veto à abertura de um outro IPM, para apurar torturas e assassinatos de presos políticos, no início da década de 70, numa casa de Petrópolis, pelo procurador-geral Eduardo Pires Gonçalves, com base na Lei da Anistia.

Mário Elias Miguel pede a reinquirição do médico Amílcar Lobo a fim de que ele esclareça os elogios recebidos do Comando da Polícia do Exército, no período de 1 de janeiro a 30 de junho de 1971, pela sua participação em interrogatórios na condição de médico.

O promotor quer também que Amílcar Lobo esclareça, definitivamente, quem lhe comunicou a morte de Rubens Paiva, quando serviu como tenente no Doi-Codi.

Ao pedir a reinquirição do médico anestesista Edson Medeiros, o promotor quer que ele esclareça quatro coisas: a localização da sua cela no PIC (Pelotão de Investigações Criminais) em relação à da pessoa que supôs ser o ex-deputado; dizer em que dia e hora teria presenciado a passagem, pela sua cela, de um homem que hoje atribui ser o ex-deputado; esclarecer se as condições em que viu o homem passar foram as descritas na entrevista ao jornal O Globo, em sua edição de 2 de abril passado, e, se confirmada a entrevista; dizer se as características físicas do homem que passou por sua cela correspondiam às do ex-deputado.